

1 **ATA DA 5ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE INSTRUMENTOS LEGAIS E DE**
2 **GESTÃO – CTIL-G - 2017.**

3 Aos três dias do mês de agosto de 2017, às 14h10min, o Comitê das Bacias
4 Hidrográficas dos Rios Guandu, da Guarda e Guandu-Mirim - Comitê Guandu -, deu
5 início à 5ª Reunião, no auditório do Pavilhão de Aulas Teóricas (PAT), na UFRRJ,
6 tendo como pauta os seguintes assuntos: **1 – Leitura e aprovação da ata da reunião**
7 **anterior (06/07/2017); 2 – Apresentação e Discussão sobre a alteração da**
8 **metodologia da Cobrança; 3 – Assuntos Gerais. 1 –** O subcoordenador Hendrik
9 Mansur (TNC) abriu a reunião e logo em seguida solicitou a aprovação da ata da
10 reunião anterior (06/07/17). A ata foi aprovada. **2 -** Julio Antunes (ABES), diretor geral
11 do Comitê Guandu realizou a apresentação dos convidados: Giordano Bruno (ANA) e
12 Moema Acselrad (INEA). Comentou sobre a criação do grupo de trabalho da AGEVAP,
13 a respeito da cobrança, realizada com o aval da diretoria do Comitê Guandu. Destacou
14 ainda que esse trabalho da cobrança nasceu, em grande parte, com base nas
15 discussões sobre a cobrança da água na foz do rio Guandu. Moema Acselrad (INEA)
16 iniciou sua apresentação enfatizando que há uma quantidade enorme de informações
17 acerca da cobrança pelo uso da água. Em seguida, passou uma visão geral sobre a
18 cobrança pelo uso da água dos usos sujeitos à outorga. Comentou que o Comitê
19 Guandu vem puxando, em âmbito estadual, a discussão do tema e apresentou uma
20 tabela destacando as principais reuniões dedicadas especificamente à cobrança, assim
21 como, as alterações dos PPU's [Preço Público Unitário] realizadas pelos comitês de
22 bacia ao longo de 2016. Moema Acselrad (INEA) apresentou uma previsão de
23 arrecadação para 2017, de aproximadamente R\$ 54 milhões de reais de arrecadação
24 bruta. Destacou que o volume de recursos financeiros, aportado pelo Comitê Guandu,
25 é bastante considerável mesmo considerando o decréscimo dos 20% da *transposição*,
26 cerca de R\$ 7 milhões em 2017. Na sequência, apontou as principais propostas de
27 revisão contidas no relatório comemorativo dos 10 anos de instituição da cobrança pelo
28 uso da água [2004 – 2014], tais como: Correção do PPU, Inclusão de novos setores
29 usuários, como Resfriamento e Água Salobra entre outros. Moema Acselrad (INEA)
30 registrou que não basta apenas decidir sem levarmos em consideração o cenário atual
31 do estado do Rio de Janeiro. Moema Acselrad (INEA) destacou a alteração realizada
32 no CNARH, por parte da ANA, agora em 2017. Caroline Lopes (AGEVAP) iniciou sua
33 apresentação a respeito da criação do Grupo de Estudos da AGEVAP sobre Cobrança
34 – GEAC - relativo a metodologia da cobrança e seus diversos segmentos como;
35 indústria; mineração, setor elétrico [PCH's] entre outros. Caroline Lopes (AGEVAP)
36 apresentou a estruturação de análise do grupo de acompanhamento. Destacou os
37 principais assuntos discutidos nas três reuniões já realizadas pelo grupo até o presente
38 momento. Giordano Bruno (ANA) iniciou sua apresentação parabenizando a AGEVAP
39 pela iniciativa de criação do GEAC e colocou-se à disposição para uma futura troca de
40 informações entre o grupo e a ANA. Na sequência, destacou algumas reflexões sobre
41 os mecanismos de cobrança pelo uso da água no Brasil. Giordano Bruno (ANA)
42 destacou o seguinte questionamento: Para quê a Cobrança pelo uso dos recursos
43 hídricos? Justificou a resposta com base em duas vertentes: a sustentabilidade

44 financeira [o usuário, como beneficiário, contribui financeiramente com a gestão] e o
 45 instrumento econômico para a gestão da demanda [situações de risco]. Giordano
 46 Bruno (ANA) apresentou a composição da cobrança na Região Hidrográfica II -
 47 Guandu, ela é subdividida em dois grupos principais, sendo eles, a *captação*
 48 representado 71% do volume arrecadado e o *consumo* que é responsável pelos 29%
 49 restantes. Giordano Bruno (ANA) destacou um check-list de um servidor britânico com
 50 alguns questionamentos para uma possível reformulação do sistema de cobrança, tais
 51 como: Qual(is) problema(s) o CBH está tentando resolver e risco(s) está tentando
 52 mitigar e até quando?; Que resultados concretos o CBH quer alcançar, onde e
 53 quando?; Como a cobrança o ajudará a alcançá-los?. Frisou que devemos buscar uma
 54 mudança na filosofia de pensamento a respeito da cobrança, destacando os benefícios
 55 por ela gerados ao longo do tempo. Na sequência, apresentou dois gráficos sobre
 56 *Custo Marginal de Redução de Uso*, sendo que, o primeiro abordava a aplicação do
 57 instrumento face à exigência legal para redução de uso, e o segundo face à utilização
 58 de preço pelo uso. Em seguida, apresentou a seguinte fórmula: $Valor = base\ de\ cálculo$
 59 [que quantifica o que será cobrado com o uso da água] $\times\ preço\ unitário$ [quanto cobrar]
 60 $\times\ coeficientes$ [Ajustes]. André Rosa (APEDEMA - RJ) questionou se há variação entre
 61 os coeficientes da indústria e agropecuária. Giordano Bruno (ANA) respondeu que as
 62 variações ocorrem em função dos diferentes coeficientes apresentados nas fórmulas
 63 de cobrança. Amisterdan Ribeiro (SIMARJ) destacou que o setor de usuários possui
 64 algumas ponderações com relação ao sistema como um todo, principalmente com
 65 relação a quantidade mínima de água necessária à sustentabilidade do processo
 66 produtivo atual. Sugestioneu ainda inserir o setor de mineração em uma futura tabela
 67 de cobrança a ser criada. Raissa Guedes (AGEVAP) frisou que os coeficientes
 68 aplicados só terão algum impacto verdadeiro, se as empresas buscarem um
 69 entendimento maior a respeito da metodologia aplicada. Franziska Huber (FAETERJ -
 70 Paracambi) destacou que futuramente os coeficientes poderiam se anular e que a
 71 utilização de uma única fórmula seria uma saída. Giordano Bruno (ANA) concordou
 72 com os apontamentos apresentados e questionou se sabemos o que estamos fazendo
 73 com tais coeficientes. Julio Antunes (ABES) levantou algumas reflexões a respeito da
 74 carga tributária atual no país e que os vários orçamentos dos diversos ministérios
 75 nacionais poderiam se comunicar em algum momento. Giordano Bruno (ANA)
 76 comentou que quanto melhor for a coordenação, de tais políticas, melhor será a
 77 sinergia entre os esforços aplicados. José Governo (ABES) destacou que nenhum dos
 78 usuários recebeu qualquer benefício com os pagamentos da cobrança pelo uso da
 79 água ao longo do tempo. Destacou ainda que devemos caminhar no sentido
 80 apresentado pelos questionamentos do *check-list* [do servidor inglês] previamente
 81 elucidados. Giordano Bruno (ANA) abordou outros casos abrangendo diferentes
 82 padrões de usos da água [uso ineficiente x uso eficiente da água]. Franziska Huber
 83 (FAETERJ - Paracambi) ressaltou que o que é *barato* para um determinado usuário
 84 pode ser *caro* para outro. Hendrik Mansur (TNC) comentou que a crise hídrica, de certa
 85 maneira, gera esse tipo de situação. Apontou ainda, que o preço cobrado, tem que ser
 86 substancialmente significativo para que a empresa tome a decisão de investir em

87 melhoria no seu sistema. Franziska Huber (FAETERJ - Paracambi) destacou que cada
 88 usuário irá reagir de maneira diferente a esse tipo de situação. Giordano Bruno (ANA)
 89 destacou que não devemos deixar de lado o prisma da equidade, levando em
 90 consideração as diversas análises relacionadas à cobrança. Caroline Lopes (AGEVAP)
 91 apontou a grande dificuldade em mensurar a quantidade de água utilizada,
 92 principalmente pelos pequenos irrigantes, proporcionalmente aos grandes usuários.
 93 Giordano Bruno (ANA) sugeriu conversar com a sociedade civil para indicar um
 94 caminho de solução para tais questões de planejamento. Na sequência, frisou a
 95 importância de se analisar a elasticidade do preço da demanda. E ressaltou que a
 96 maior parte dos estudos mostram, que em geral, a demanda por água é inelástica.
 97 Porém, demanda inelástica a variações de preço não quer dizer, necessariamente,
 98 demanda insensível a variações de preço. Giordano Bruno (ANA) citou como exemplo
 99 uma pessoa com mais condições financeiras não deixaria de consumir, mas para
 100 alguém com menos renda, medidas para economizar seriam de fato tomadas como
 101 rotina. Giordano Bruno (ANA) apresentou um estudo realizado em 2005, por José
 102 Gustavo Féres [IPEA], que analisava a variação do comportamento da demanda e
 103 insumos em um universo de 500 indústrias no Paraíba do Sul. Mariana Silveira
 104 (TKCSA) destacou que algumas empresas apresentam um sistema de tratamento da
 105 água e que em muitos casos devolvem uma água de qualidade melhor que a captada
 106 anteriormente. Hendrik Mansur (TNC) salientou que o recurso não vai para o usuário
 107 privado diretamente e que uma alternativa viável seria captar esse recurso, do Comitê
 108 Guandu, via empréstimo com remuneração a um valor bem abaixo do aplicado no
 109 mercado. Giordano Bruno (ANA) destacou que tal fato é um grande gargalo e que isso
 110 precisa ser resolvido para que possamos fechar bem o circuito. Giordano Bruno (ANA)
 111 apresentou os valores da cobrança no estado do Ceará, para o abastecimento público,
 112 a indústria e as grandes irrigações. Em seguida, apontou a pesquisa sobre o impacto
 113 da cobrança na gestão de recursos hídricos, realizada na bacia do rio Paraíba do Sul.
 114 Tal estudo, evidenciou que a cobrança ainda não é fator indutor ao uso racional da
 115 água. Fatores como consciência ambiental, melhoria no processo e a redução de
 116 custos são os mais apontados. Lívia Romano (INEA) destacou que nas próprias visitas
 117 da OCDE, as indústrias também se posicionaram nessa linha de raciocínio. Giordano
 118 Bruno (ANA) apresentou a metodologia utilizada na Inglaterra e País de Gales. A
 119 cobrança é baseada nos volumes outorgados (V) e é calculada: $Cobrança = V \times A \times B$
 120 $\times C \times Preço\ unitário$. Sabina Campagnani (FURNAS) indagou sobre qual a diferença
 121 entre cobrar pela outorga ou pela vazão efetivamente medida. Giordano Bruno (ANA)
 122 respondeu questionando se o usuário irá efetivamente conferir os valores cobrados na
 123 medição, já na outorga, o valor cobrado seria um pouco mais valorado e destacou que
 124 no estado do Ceará o usuário é cobrado mensalmente pelo uso da água. Caroline
 125 Lopes (AGEVAP) questionou se a fórmula apresentada tem embutida, em sua
 126 estrutura, uma forma de incentivar a diminuição no lançamento de carga poluidora, por
 127 exemplo. Indagou ainda, se a fórmula poderia variar de acordo com as diretrizes
 128 municipais de uso para aquela determinada área. Giordano Bruno (ANA) comentou
 129 que a fórmula pode variar até mesmo dentro da própria bacia de acordo com os

130 parâmetros estipulados. Mariana Silveira (TKCSA) comentou que as variáveis
 131 apresentadas são de quantidade e não de qualidade. Giordano Bruno (ANA) informou
 132 que, existem sim, variáveis de qualidade dentro de uma outra equação específica.
 133 Halphy Cunha (ÁGUAS DE NITERÓI) destacou que parâmetros deveriam ser criados,
 134 no comitê gestor, de maneira formal via resolução. Giordano Bruno (ANA) ressaltou
 135 que seria uma boa ideia, o Conselho Estadual de Recursos Hídricos, fixar um *piso* e
 136 um *teto* para que os comitês possam trafegar dentro dessa margem com segurança.
 137 Apresentou na sequência, a fórmula de cobrança utilizada em Portugal: Taxa de
 138 Recursos Hídricos = *volume utilizado x preço unitário*. O país considera alguns
 139 descontos para algumas situações específicas: ex: *Bombas < 5Cv são isentas*.
 140 Giordano Bruno (ANA) mostrou, em seguida, o montante arrecadado na França, entre
 141 2013 e 2018, cerca de 13 bilhões de euros, aproximadamente 40 bilhões de reais.
 142 Após a cobrança francesa, apresentou um mapa com a cobrança realizada no Brasil
 143 com diversos gráficos, apontando o total cobrado em 2014 de 450 milhões de reais.
 144 Leonardo Guedes (AGEVAP) questionou se no âmbito federal existe algum movimento
 145 para efetivar a cobrança das PCH's. Giordano Bruno (ANA) comentou que,
 146 inicialmente, havia a cobrança das PCH's. No entanto, a CEMIG processou a ANA
 147 questionando que eles seriam isentos de tal cobrança. Lívia Romano (INEA)
 148 questionou se tal fato ocorreu por falta de regulamentação com relação a cobrança das
 149 PCH's, e destacou que com a aprovação da nova lei 13.360, o Supremo Tribunal
 150 Federal, possa avaliar o mérito por outro prisma. Moema Acselrad (INEA) destacou a
 151 respeito do 0,75% da compensação financeira para a agência nacional de águas, não
 152 estão previstos na nova redação da lei. Salientou a necessidade de vislumbrarmos
 153 uma maneira para que tal cobrança, dos 0,75%, possa vir para os comitês de bacia
 154 hidrográfica. Giordano Bruno (ANA) frisou que o discurso da ANA é que tal valor não
 155 seria compensação elétrica e sim que a natureza desse pagamento seria outra
 156 [cobrança], no entanto, a nova lei 13.360 poderá gerar algumas alterações
 157 relacionadas à compensação elétrica. Hendrik Mansur (TNC) destacou que aqui, no
 158 Comitê Guandu, estamos com dificuldade de aplicação dos valores arrecadados, ou
 159 seja, estruturar melhor a agência para absorver as demandas geradas pela
 160 arrecadação. Ressaltou que a gestão de recursos hídricos é muito importante sim, não
 161 obstante, ela poderá ser melhorada de forma contínua. Giordano Bruno (ANA)
 162 destacou que na cobrança do rio Doce a parcela de consumo não é considerada por
 163 vários fatores. Frisou que para o coeficiente de saneamento, o Paraíba do Sul, aplica
 164 para determinados índices de eficiência e ineficiência, coeficientes de cobrança
 165 distintos, que variam com o aumento ou diminuição dos índices de perda. Ponderou
 166 que tal fato, não é visto com bons olhos pela ANA. Comentou ainda a respeito do
 167 Paranaíba, apontando que lá houve a introdução de coeficientes diferenciados para o
 168 setor da indústria, relacionados ao reuso de água. Daiana Gelete (AGEVAP)
 169 enfatizou que, os coeficientes atuais, buscam de alguma forma gerar um desconto aos
 170 usuários. E questionou se a lógica aplicada não teria que ser justamente o inverso do
 171 adotado atualmente. Giordano Bruno (ANA) concordou com o raciocínio apresentado
 172 pela especialista em recursos hídricos da AGEVAP. Hendrik Mansur (TNC)

173 complementou que, no Comitê Guandu, as empresas aqui situadas já cumprem a lei, e
174 que o piso mencionado seria cumprir aquilo que o comitê acredita ser ideal em paralelo
175 a lei vigente. Halphy Cunha (ÁGUAS DE NITERÓI) questionou a respeito do caso do
176 Paranaíba e destacou que a visão da ANA seria beneficiar quem tem eficiência e
177 prejudicar o ineficiente. Giordano Bruno (ANA) destacou que o discurso não seria
178 beneficiar ou prejudicar. Enfatizou ainda que o valor final da cobrança não pode ser
179 muito baixo, mas sim adequado e causar um certo impacto ao setor usuário. **Não**
180 **houve lista de encaminhamentos.** O Subcoordenador da CTIL-G, Hendrik Mansur
181 (TNC), agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às 17h02min. Eu,
182 Gustavo Sá Wildhagen, tomei a termo esta ata que segue assinada por:

183 Hendrik Mansur (TNC) – Subcoordenador: _____

184 Mariana Silveira (TKCSA): _____

185 Amisterdan Ribeiro (SIMARJ): _____

186 José Governo (ABES): _____

187 Marina Costa Bernardes (ACAMPAR-RJ): _____

188 Markus Stephan W. Budzynkz (ADEFIMPA-RJ): _____

189 Andreia Loureiro (P.M. Queimados): _____

190 João Emílio Rodrigues (P.M. Rio Claro): _____

191

192 **Membros Presentes:**

193 **Usuários:** Mariana Silveira (TKCSA); Amisterdan Ribeiro (SIMARJ)

194 **Sociedade Civil:** Hendrik Mansur (TNC); José Governo (ABES); Marina Costa
195 Bernardes, representando Vera de Fátima Martins (ACAMPAR-RJ); Markus Stephan
196 W. Budzynkz (ADEFIMPA-RJ).

197 **Governo:** Andreia Loureiro (P.M. Queimados); João Emílio Rodrigues (P.M. Rio Claro).

198 **Membros Ausentes:**

199 **Usuários:** Paulo de Tarso (FIRJAN); Rinaldo Rocha (LIGHT).

200 **Governo:** Hélio Vanderley (P.M. Nova Iguaçu); Hamilton Silva Junior (P.M. Japeri).

201 **Convidados:** Julio Cesar Antunes (ABES), Camila A. de Souza (Light Energia),
202 Humberto D. Andrade (Light Energia) e Lívia Soalheiro (INEA).